

A Educação Profissional no Brasil: do tecnicismo à construção da cidadania

R. D. Tasso¹; A. C. O. Macedo²; O. J. Fagherazzi³; R. A. C. Pires⁴

¹Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, CEP 96201 - 460, Rio Grande – RS, Brasil

rossana.tasso@riogrande.ifrs.edu.br

²Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, CEP 96201 - 460, Rio Grande – RS, Brasil

aline.macedo@riogrande.ifrs.edu.br

³Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, CEP 96201 - 460, Rio Grande – RS, Brasil

onorato.fagherazzi@riogrande.ifrs.edu.br

⁴Curso Técnico de Refrigeração e Climatização Integrado ao Ensino Médio em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande, CEP 96201-460, Rio Grande – RS

ronicapaverde_rg@hotmail.com

(Recebido em 06 de dezembro de 2013; aceito em 23 de novembro de 2014)

Resumo: Atualmente, na medida em que há um intenso questionamento acerca do trabalho técnico e da educação “reprodutivista”, nota-se que a Educação Profissional vem ganhando novos contornos. O objetivo, agora, é preparar os estudantes para o mundo do trabalho, ou seja, os conhecimentos técnicos acerca da futura profissão devem construir-se conjuntamente com conteúdos e práticas mais humanísticas, que tenham por meta a formação integral do estudante e preparem-no para atuar criticamente na sociedade em que vive. Então, no presente artigo, apresentaremos um pequeno histórico da consolidação da Educação Profissional no Brasil, bem como as primeiras análises que o projeto de pesquisa *Investigando a Educação Profissional* realizou a respeito do desempenho curricular nas disciplinas de formação geral dos estudantes que buscam os cursos técnicos integrados no IFRS – *Campus* Rio Grande.

Palavras-chave: Ensino Profissionalizante. Currículo. Formação Integral.

The Professional Education In Brazil: from technicism to the citizenship construction

Abstract: Nowadays due to the intense questioning on the issues of technician work and of education for the sole purpose of memorization, it is possible to notice that Professional Education has been acquiring new perspectives. The focus, now, is to prepare the students for the working environment; in other words, the technical knowledge of the future profession must be built along with more humanistic contents and practices, which will have as a goal the overall formation of the scholars and prepare them to be critically active members in the society they live in. So, in this article, we will present a short history of the consolidation of the Professional Education in Brazil, as well as the first analysis that the research project entitled *Investigating the Professional Education* did on the overall formation curricular performance of the students who seek the technical courses offered by the IFRS – *Campus* Rio Grande.

Keywords: Professional Education. Curricular Profile. Overall Formation.

1. INTRODUÇÃO

Com o projeto de pesquisa *Investigando a Educação Profissional* (Edital PROPI nº 015/2012 – Fomento Interno 2013/2014 – IFRS/DPI – Rio Grande), vinculado ao Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS – *Campus* Rio Grande (GPEPT), pretendemos analisar o perfil do aluno do IFRS – *Campus* Rio Grande, a partir do momento de ingresso (através dos escores obtidos pelos candidatos no Teste de Seleção) e durante os quatro anos de sua formação. Com isso, buscamos, ao final dos dois anos previstos para a execução do projeto

de pesquisa, ter subsídios que nos permitam caracterizar o perfil curricular do estudante do Ensino Integrado formado pelo IFRS – *Campus* Rio Grande.

Neste trabalho, faremos uma apresentação do contexto de surgimento e consolidação da Educação Profissional no Brasil, mostraremos as análises de dados realizadas até o momento em nossa pesquisa e apontaremos as conclusões parciais a que já chegamos.

2. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A formação profissional deve ser entendida como uma necessidade intrínseca ao ser humano e um fator indispensável para a vida em sociedade – afinal, exceto por condições especiais, é através do seu trabalho que o homem tem como se sustentar e obter acesso aos bens que lhe permitem viver dignamente, de acordo com Saviani (2007)¹. Se antigamente, as profissões eram uma espécie de “herança” de pais para filhos ou mesmo um “saber fazer” aprendido informalmente, no convívio com os mais experientes que se convertiam em mestres, foi a partir do século XX que houve a institucionalização da aprendizagem profissional no Brasil. Em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, surgiram as “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, vinculadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Anos mais tarde, com o governo de Vargas, em 1930, houve uma importante iniciativa para impulsionar o ensino profissionalizante no país, através de uma política voltada à expansão industrial. Conforme destaca Oliveira Júnior (2008)², é notável, nesse momento inicial, a forte vinculação entre a oferta de formação profissional e os interesses econômicos do Estado.

A Constituição de 1937, Brasil (2013),¹⁵ em seu artigo 129, afirmava que era um dever do Estado a implantação de escolas vocacionais e pré-vocacionais, contando com a participação de indústrias e sindicatos econômicos. No entanto, a regulamentação da profissão de técnico industrial surgiu somente em 1968, com a Lei Federal 5.524/68, que facultou às instituições a oferta de um ensino técnico integrado com o ensino básico. Ainda assim, essa nova proposta de ensino, em seus momentos iniciais, não funcionou tão bem quanto esperado, pois não houve um ajuste adequado entre a carga horária das disciplinas da formação geral e as da formação técnica. Como resultado, formaram-se alunos despreparados para os exames vestibulares e, também, para o pleno exercício da profissão de técnico, segundo mostra o seguinte parecer:

Até meados da década de 70, deste século, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação maciça de operários semiqualeificados, adaptados aos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. Apenas uma minoria de trabalhadores precisava contar com competências em níveis de maior complexibilidade, em virtude da rígida separação entre o planejamento e a execução. Havia pouca margem de autonomia para o trabalhador, uma vez que o monopólio do conhecimento técnico e organizacional cabia, quase sempre, apenas aos níveis gerenciais. A baixa escolaridade da massa trabalhadora não era considerada entrave significativo à expansão econômica. (BRASIL, 1999, p. 3 - parecer N° 16/99).³

O mesmo texto salienta que apenas na década de 1980 as empresas passaram a demandar trabalhadores com um perfil diferenciado.¹ “À destreza manual se agregam novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões, mediada por novas tecnologias da informação” (BRASIL, 1999, p. 3).³ Com a própria transformação do capital econômico e produtivo – como apontaria Marx pelo conceito de materialismo histórico – passou a alterarem-se as próprias habilidades do trabalhador: “Equipamentos e instalações complexas requerem trabalhadores com níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados. As mudanças aceleradas no sistema produtivo passam a

¹ Salientamos que no ano de 2001 surgiu outro parecer, o N° 436/2001 (BRASIL, 2001)⁴ que reforçou o que já havia sido exposto no n° 16/99.

exigir uma permanente atualização das qualificações e habilitações” (BRASIL, 1999, p. 3).³ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (LDB 9.394/96)¹³, em seu capítulo III, dedica quatro artigos à Educação Profissional. De tal pressuposto, concluímos que é na década de 1990 que a Educação Profissional começa a mostrar-se sob novas perspectivas:

Não se concebe, atualmente, a educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. A educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. (BRASIL, 1999, p. 3).³

No entanto, não podemos deixar de mencionar que o referido parecer surgiu, em 1999, como uma tentativa de reconduzir a Educação Profissional ao princípio da formação integral, uma vez que, em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi promulgado o decreto nº 2.208/97, que desvinculou os ensinos médio e técnico e eximiu os sistemas de ensino da oferta de Educação Profissional. Considerando que a educação básica se vincula à prática social por meio da relação trabalho-ciência-cultura, esse decreto foi severamente criticado pela sociedade, já que foi compreendido como um retrocesso para as conquistas que vinham sendo alicerçadas e uma adequação da escola aos interesses econômicos. Logo, o parecer nº 16/99 apenas sugere uma diretriz para a formação profissional integrada, sem intervir de fato em sua concepção e execução. Apenas em 2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é que a Educação Profissional voltará à proposta curricular integrada, através do Decreto nº 5.154/04.

A respeito desse decreto, Alves (2013, p. 4)⁵ destaca:

O Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da LDB e revoga o Decreto 2.208/97, de modo a facultar às instituições de ensino o oferecimento da Educação Profissional Técnica articulada com o Ensino Médio, de forma integrada ou concomitante, para o aluno que esteja cursando o Ensino Médio e ainda de forma sequencial para aqueles que já o tenham concluído. (...) o Decreto 5.154/04, inicialmente apresentado sob a alegação de transitoriedade enquanto a sociedade civil pudesse articular-se, permaneceu regulamentando o Ensino Profissional no Brasil até a aprovação da Lei 11.741, de 16 de julho de 2008, que alterou dispositivos da Lei 9.394/96 e estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, visando redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível médio.

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Projeto de Lei Nº 11.892/08, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O objetivo era estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, que trouxessem benefícios às comunidades em que os Institutos Federais (IF) estivessem incluídos.

Os IF são instituições de educação básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino. Possuem como meta a institucionalização e a integração das ações da Educação Básica de Nível Médio com a Educação Profissional e Tecnológica. Seguindo a orientação do projeto de lei supracitado (BRASIL, 2008),¹⁴ no mínimo 50% das vagas de cada Instituto devem ser destinadas à oferta de cursos de nível médio, em especial aos cursos de currículo integrado, para os estudantes que estão concluindo o Ensino Fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.

Considerando, então, a relevância do Ensino Médio Integrado na consolidação das atuais políticas para a Educação Profissional, surgiu o projeto *Investigando a Educação Profissional*, cujas primeiras análises e conclusões registramos neste artigo.

2. METODOLOGIA

Solicitamos os dados sobre os escores obtidos pelos candidatos / futuros alunos do IFRS – *Campus* Rio Grande no Teste de Seleção dos anos de 2011 e de 2012 ao NTI (Núcleo de Tecnologia da Educação) de nosso *Campus*, bem como os boletins de desempenho nas disciplinas cursadas por esses alunos na nossa instituição. Partimos de 2011 porque este foi o ano em que houve uma mudança significativa na configuração do teste: até 2010, ele era composto por trinta questões, que contemplavam apenas conhecimentos de língua portuguesa (quinze questões) e matemática (quinze questões); em 2011, foram acrescentadas questões de ciências humanas e de ciências exatas, fazendo que para cada área do saber fossem propostas oito questões. Tal alteração aponta a uma mudança de paradigma: se, antes, bastava aferir que o postulante a uma vaga na Educação Profissional sabia ler, interpretar e calcular, atualmente, o processo de seleção visa a buscar candidatos que demonstrem ter conhecimentos mais diversificados.

Enquanto aguardávamos a chegada dos dados, fizemos uma revisão bibliográfica acerca do histórico da Educação Profissional no país.

Quando recebemos os dados do NTI, nós os distribuimos em tabelas, estruturadas por cursos e ano de ingresso. Após, utilizando o *software* Microsoft Excel 2010, houve a organização das médias finais obtidas pelos alunos nas disciplinas cursadas, em consonância com as áreas de conhecimento que foram contempladas pelo Teste de Seleção. As médias foram calculadas levando em consideração o fato de que, no nosso *Campus*, algumas disciplinas se alternam conforme o ano que o estudante está cursando. Por exemplo: no primeiro ano, todos os alunos dos cursos integrados possuem Geografia na área de Ciências Humanas; porém, no segundo ano, há a substituição pela disciplina de História.

O próximo passo foi estabelecer comparações através de uma Análise de Correlação Bivariada: o r de Pearson. Segundo Dancey e Reidy (2006, p. 178-9),⁶

Se duas variáveis são associadas, dizemos que são co-relacionadas (correacionadas). Isso significa que co-varia: quando os valores mudam, valores na outra variável também mudam, de maneira previsível. Em outras palavras, as duas variáveis não são independentes.

Os coeficientes de correlações assumem valores pertencentes ao intervalo real $[-1,1]$, em que zero indica ausência de correlação, e valores próximos a 1 ou -1 indicam correlações fortes.

Inicialmente, realizamos a análise dos dados dos ingressantes no Processo Seletivo de 2011, com o intuito de verificar se (i) a nota obtida no Teste de Seleção havia influenciado as notas obtidas durante o primeiro ano na instituição e (ii) se as notas obtidas no primeiro ano influenciavam nas notas obtidas no segundo ano.

Para tais análises de correlação, utilizamos o *software* SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 13. Foram analisados os escores dentro de cada área de conhecimento específica, com o intuito de verificar o rendimento do aluno a partir do Teste de Seleção até o final do segundo ano de formação.²

3 RESULTADOS

Para analisar os escores obtidos pelos alunos a partir do Teste de Seleção, escolhemos a técnica de Correlação, pois, segundo Mlodinow (2011, p. 211),⁷

² Cabe ressaltar que os estudantes que ingressaram em 2011 estão, hoje, cursando o terceiro ano. Portanto, até o momento, temos apenas as médias finais do primeiro e do segundo ano.

Hoje o conceito de correlação é um dos mais utilizados na estatística. É utilizado para avaliar relações como as que existem entre [...] as notas obtidas por alunos em provas padronizadas e as rendas dos familiares desses alunos.

Corroborando com Mlodinow (2011),⁷ Henriques *et alii* (2004)⁸ afirma que :

A utilização de métodos de investigação correlacionais é particularmente conveniente nos estudos realizados em ciências sociais pois, ao contrário de outros métodos, permite estudar e medir relações entre uma multiplicidade de variáveis simultaneamente.

Outros autores também usaram da mesma técnica em seus trabalhos. Lehnen e Mota (2006)⁹ estudaram a correlação existente entre a intensidade da reserva de frequência cardíaca e as intensidades do consumo máximo de oxigênio. A análise de correlação também se mostrou útil para verificar a relação entre a imagem institucional e a satisfação dos alunos de uma determinada instituição (VERDINELLI *et alii*, 2009).¹⁰ Também descobrimos que é possível aplicar essa metodologia para verificar se existe correlação entre a massa óssea e a composição corporal de meninos e meninas (CARVALHO *et alii*, 2011).¹¹

Em nossa pesquisa, buscamos realizar as análises de correlação tendo em vista que a atual concepção de formação profissional prioriza o preparo para o mundo do trabalho, isto é, a integração entre os saberes gerais e os específicos, a fim de que os alunos tenham uma sólida formação para o projeto de vida que escolherem, assim que diplomados – o prosseguimento dos estudos ou o exercício imediato da profissão. Nas palavras de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1093),¹²

A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura.

Portanto, o foco de nossa pesquisa são as disciplinas da formação básica, pois entendemos que elas são imprescindíveis à formação integral do aluno. Reforçamos o princípio de que, embora a situação de aprendizagem de nossos alunos ocorra no contexto da Educação Profissional, não podemos desconsiderar a importância das disciplinas do núcleo básico na formação de um profissional pleno, cidadão de fato, capaz de compreender e interferir no meio social em que vive. Além disso, sem o real conhecimento das disciplinas do núcleo comum, fica bastante comprometida a realização de pesquisas aplicadas, visando à produção tecnológica.

Dito isso, passemos às análises.

Tabela 1: Análise de correlação entre notas do Teste de Seleção e médias finais do primeiro ano dos cursos integrados ao Ensino Médio.

<i>Correlação de notas: seleção x primeiro ano</i>		
Área de conhecimento	Correlação	Probabilidade de erro amostral
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	$r = 0,36$	$p < 0,001$
Ciências Humanas e Suas Tecnologias	$r = 0,18$	$p = 0,020$
Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias	$r = 0,13$	$p = 0,086$
Matemática e suas Tecnologias	$r = 0,27$	$p < 0,001$

De um modo geral, analisando as correlações obtidas até o final dessa etapa³, podemos verificar que as notas obtidas no Teste de Seleção não têm uma correlação forte com as notas obtidas pelos alunos ao longo do primeiro ano cursado. Ou seja, a nota atingida na etapa de entrada à instituição não é determinante para o seu rendimento enquanto estudante matriculado em um dos cursos integrados do IFRS – *Campus* Rio Grande.

Tabela 2: Análise de correlação entre as notas obtidas no primeiro ano e as obtidas no segundo ano dos cursos integrados ao Ensino Médio.

<i>Correlação de notas: primeiro ano x segundo ano</i>		
Área de Conhecimento	Correlação	Probabilidade de erro amostral
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	$r = 0,74$	$p < 0,001$
Ciências Humanas e Suas Tecnologias	$r = 0,49$	$p = 0,001$
Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias.	$r = 0,56$	$p = 0,001$
Matemática e suas Tecnologias	$r = 0,84$	$p < 0,001$

Analisando as correlações obtidas nesta segunda etapa, podemos verificar que as notas obtidas no primeiro ano e no segundo ano têm uma correlação forte ou moderada. Então, o rendimento alcançado dentro da instituição mostra-se diretamente relacionado. E o nível de probabilidade associado ($p < 0,001$) denota que é improvável que esses valores sejam resultado de erro amostral.

4. CONCLUSÕES PARCIAIS

Com base nas análises realizadas até o momento, podemos concluir que a nota conquistada no Teste de Seleção não é determinante para o desempenho curricular dos alunos nos cursos integrados do IFRS – *Campus* Rio Grande. Mesmo aqueles alunos que não têm um bom rendimento no momento de ingresso, quando aqui chegam, têm à sua disposição meios para

³ Para efeitos de análise, coletamos dados de aproximadamente 150 estudantes.

sanar as suas lacunas de aprendizagem (por exemplo, a disponibilidade de procurar os professores nos horários de atendimento extraclasse, para sanar dúvidas), o que os prepara para a trajetória curricular que irão construir dentro da Educação Profissional. Sabemos que tal afirmação, até o presente momento, é apenas uma hipótese, cuja comprovação poderá ser validada através do acréscimo de um instrumento baseado em uma investigação qualitativa frente aos sujeitos de pesquisa.

A inclusão de questões de outras disciplinas além de língua portuguesa e matemática no instrumento de ingresso é um fator relevante, quando o que buscamos é a construção de uma aprendizagem integral e significativa, calcada na ciência e na cultura, tal como orientam a Lei 9.394/96 e a Lei 11.892/08.

Considerando que nossa pesquisa propõe-se a ser um estudo longitudinal e ainda está em andamento, as análises registradas neste trabalho são somente uma primeira mostra. Nos próximos meses, buscaremos, ademais de verificar a correlação entre o segundo e o terceiro ano dos cursos integrados, traçar um perfil do aluno egresso do IFRS – *Campus* Rio Grande, quanto ao ingresso no mundo do trabalho e à opção pela continuidade dos estudos em nível superior (o desempenho no ENEM).

Estamos inseridos em uma instituição de ensino que traz a Ciência e a Tecnologia em seu nome. Desse modo, nossa pesquisa se justifica, ao propor um olhar de dentro da instituição para o profissional que aqui mesmo está sendo formado. Não podemos perder de vista a formação integral, uma vez que a sociedade, hoje, requer, além de excelentes técnicos de nível médio, cidadãos críticos, capazes de intervir conscientemente no meio em que vivem.

1. Saviani D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. 2007; 12 (34).
2. Oliveira Júnior W. A formação do professor para a educação profissional de nível médio: tensões e (in)tenções. In: *Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI-SP*. 2008; 2 (3). Disponível em: <http://revistaeletronica.sp.senai.br/index.php/seer/article/viewFile/45/33>. Acesso em: 01 marc. 2013.
3. Brasil. Parecer Nº 16/99; 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf Acesso em: 05 dez. 2013.
4. Brasil. Parecer Nº 436/2001; 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf> Acesso em: 05 dez. 2013.
5. Alves WJM. *A Organização da Educação Profissional no Brasil*; 2013. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0262.html>. Acesso em: 22 ago. 2013.
6. Dancy CP, Reidy J. *Estatística sem matemática para psicologia*. Porto Alegre: Artmed; 2006.
7. Mlodinow L. *O andar do bêbado: como o acaso determina nossas vidas*. Rio de Janeiro: Zahar; 2011.
8. Henriques A, Neves C, Pesquita I. Estudos correlacionais e estudos causal-comparativos. *Metodologia da Investigação I*. DEFCUL, Lisboa; 2004. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/t1textoestcorrelacionais.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2013.
9. Lehnen AM, Mota VM. Correlação entre intensidades da reserva de frequência cardíaca e intensidades do consumo máximo de oxigênio. In: *Lecturas: Educación física y deportes*, ISSN-e 1514-3465, Nº. 102; 2006 Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2148525>>Acessado em: 05 dez. 2013.
10. Verdinelli MA, Souza MJB, Tomio JL. Análise da relação entre a imagem institucional e a satisfação dos alunos para subsidiar o marketing educacional. In: *IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*; 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/36959/An%C3%A1lise%20da%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20a%20imagem%20institucional%20e%20a%20satisfa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20alunos%20para%20subsidiar%20o%20market.pdf?sequence=1>> Acessado em: 05 dez. 2013.
11. Carvalho WRG, Gonçalves EM, Ribeiro RR, Farias ES, Carvalho SSP, Junior GG. Influência da composição corporal sobre a massa óssea em crianças e adolescentes. In: *Revista da Associação Médica Brasileira*. 2011; 57 (6): 662-667. Disponível em:

- <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0104423011704080?via=sd&cc=y>> Acessado em: 05 dez. 2012.
12. Frigotto G, Ciavata M, Ramos M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educ. Soc.*, Campinas. 2005; 26 (92 – Especial): 1087-1113. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>
 13. Brasil. Lei 9.394/96: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB; 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 21 fev. 2012.
 14. Brasil. Lei 11.892/08; 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm Acesso em: 06 dez. 2013.
 15. Brasil, Constituição de 1937; 2013. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1765/constituicao_1937_texto.pdf?sequence=4 Acesso em: 06 jan. 2013.